

Desafricanizar o Egito, embranquecer Cleópatra: silêncios epistêmicos nas leituras eurocêntricas sobre o Egito em manuais escolares de História no PNLD 2018

'Desafricanizing' Egypt, making white Cleopatra: epistemic silences about the Eurocentric readings on Egypt in the History textbooks evaluated in the PNLD 2018

Anderson Ribeiro Oliva*

Resumo: O artigo tenciona refletir sobre as narrativas produzidas em livros didáticos de História acerca dos sentidos e marcos civilizatórios africanos associados ao antigo Egito. A primeira parte do texto reserva uma (re)visita a alguns autores que discutem o assunto a partir da perspectiva africana e das teses do afrocentrismo e da afrocentricidade, como Théophile Obenga, Babacar Sall, Aboubacry Moussa Lam e Molefi Kete Asante. Dialogo também com as leituras que problematizam a questão da africanidade do Egito Antigo, mas sem seguir uma filiação afrocêntrica, a partir de autores como Elikia M'Bokolo e Ella Shohat. Por fim, como objetivo principal do ensaio, analisei um conjunto formado por três livros didáticos de História destinados ao ensino médio, aprovados no PNLD de 2018. A intenção foi perceber se os autores desses manuais compartilharam os olhares eurocentrados, marcados pela lógica moderna/colonial/racista sobre essa civilização antiga, ou se, em seus textos, enuncia-se uma crítica descentrada e atenta ao protagonismo histórico das sociedades africanas.

Abstract: The article aims to reflect on the narratives produced in didactic books about the senses and the African civilizational references associated with ancient Egypt. The first part of the text reserves a (re)visit to some authors who discuss the subject from the African perspective and the theses of Afrocentrism and Afrocentricity, such as Théophile Obenga, Babacar Sall, A. Moussa Lam and Molefi Asante. Dialogue also with the readings that problematize the question of the Africanity of Old Egypt, but without following an Afrocentric affiliation, from authors like Elikia M'Bokolo and Ella Shohat. Finally, as the main objective of the essay, I analyze a set formed by three textbooks of History, approved in the PNLD of 2018, destined to High School. The intention was to see if the authors of these manuals shared the Eurocentric looks, marked by the modern / colonial / racist logic about this ancient civilization, or if, in their texts, an critique is given out and attentive to the historical protagonism of the African societies.

Palavras-chave:

Egito Antigo;
Afrocentrismo;
Livros didáticos;
Silêncio epistêmico.

Keywords:

Ancient Egypt;
Afrocentrism;
Didactic books;
Epistemic silence.

Recebido em: 25/09/2017
Aprovado em: 02/11/2017

* Professor de História da África e de Ensino de História do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em História, especialista em estudos africanos e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UnB.

O debate sobre a tonalidade da pele de Cleópatra nos meios de comunicação tem tudo a ver com contestações multiculturais sobre currículo, pedagogia e historiografia. O que está em jogo no debate sobre Cleópatra é saber se o ensino de história pode ser questionado e revisto, ou apenas padronizado da maneira usual (SHOHAT, 2004, p. 16).

É um dos cenários mais épicos produzidos pelo cinema em Hollywood, pelo menos até aquele momento. Uma Cleópatra branca,¹ interpretada pela atriz Elizabeth Taylor, ingressa em Roma com uma cerimônia marcada pelo esplendor. A rainha egípcia é exibida junto com seu filho em cima de uma enorme esfinge puxada por centenas de homens (supostamente escravos), alguns deles negros. Ao chegar à frente do púlpito, onde estavam Marco Antônio, César e alguns senadores romanos, ela é conduzida por homens negros da parte superior da esfinge até o solo. Estes se curvam perante sua passagem. Por fim, Cleópatra se curva diante dos líderes romanos e a multidão comemora o gesto.

A cena é parte de um dos mais conhecidos filmes produzidos sobre Cleópatra (*Cleopatra*), dirigido por Joseph L. Mankiewicz e lançado em 1963.² Essa seria apenas uma das várias representações coloniais e eurocêntricas elaboradas sobre essa personagem (e sobre a própria história do Egito Antigo) nas narrativas literárias e cinematográficas dos últimos dois séculos. Acerca dessas cenas, a teórica feminista e pós-colonial Ella Shohat, que se auto-define como iraquiana israelita, comenta que

A submissão de Cleópatra e do Egito nos filmes tem ressonâncias coloniais contemporâneas: a corte romana parece ser composta de aristocratas ingleses que fazem piadas sarcásticas sobre a ideia de que uma Cleópatra supostamente negra possa governar Roma. E isso a despeito do fato de que as convenções estéticas de Hollywood, como já dissemos, visualizam Cleópatra como uma mulher de aparência europeia, da mesma maneira como Cristo foi gradativamente dessemitizado na iconografia ocidental (SHOHAT, 2004, p. 42).

A “visualização semi-ariana de Cleópatra” revelar-se-ia ainda, no mesmo filme, por meio de uma conversa entre César e outros dois romanos. No diálogo, eles expõem suas impressões acerca da beleza e das origens macedônicas da rainha egípcia, afirmando que ela não teria “uma gota de sangue egípcio” (SHOHAT, 2004, p. 43). Grande parte das leituras elaboradas sobre o antigo Egito foi fissurada por disputas narrativas e, principalmente, pela negação da *africanidade* dessa civilização, marcadamente a partir do século XVIII.

¹ Uma análise mais sistemática sobre as representações de Cleópatra, nesse filme, pode ser consultada no artigo da historiadora Renata Soares de Souza (UNIFESP), apesar da pouca ênfase nos debates afrocêntricos e na identidade africana de Cleópatra. Ver Souza (2015).

² CLEOPATRA. Diretor: Joseph L. Mankiewicz e Rouben Mamoulian. 3h 12m. *20th Century Fox*, 1963. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1y3yllmhu3U>>. Acesso em: 12 set. 2017.

Shohat (2004, p. 38-39) defende a perspectiva de que existiria uma leitura hegemônica sobre o tema em grande parte das narrativas literárias do século XIX e nos filmes de Hollywood ao longo do século XX. Essas representações seriam marcadas pelas ideologias e estéticas arianas e pelas influências das narrativas imperiais, coloniais e racistas, vigorosas nesse período. Como exemplo disso, a autora destaca uma série de produções cinematográficas, lançadas entre 1910 e 1960, que apresentavam uma Cleópatra europeizada e representada, exclusivamente, por atrizes brancas.³ Além disso, quase sempre se enfatizou, nesses filmes, um discurso colonial sobre o Egito curvado ao poder Romano.

É certo que essas imagens divergem das representações produzidas sobre Cleópatra na própria Antiguidade, ou pelo menos, de parte delas. Em uma instigante pesquisa sobre a construção das imagens e narrativas sobre a rainha egípcia em poemas e moedas, a historiadora Camilla Ferreira Paulino da Silva revelou a existência de uma multiplicidade de interpretações sobre suas características, comportamentos e estratégias de poder. Entre elas, duas me chamaram a atenção. A primeira é uma passagem do poema de Horácio no qual ele se refere a Cleópatra como etíope. E, neste caso, “o vocábulo etíope é utilizado para referir-se a Cleópatra, pois, [...] os romanos classificavam como etíopes quase todos os povos do interior da África, muitos dos quais eram súditos do Egito” (PAULINO DA SILVA, 2014, p. 155). A segunda refere-se à produção de algumas moedas com sua imagem, marcada por “uma combinação das convenções egípcias e gregas”, compondo uma leitura híbrida sobre a rainha. Paulino da Silva afirma ainda que

O padrão adotado por Cleópatra em suas moedas é palatável a uma audiência ocidental, o que pode ser atestado pelo penteado, pelo contorno dos olhos e mesmo pelo nariz, distintos da imagética egípcia tradicional encontrada, por exemplo, nos altos-relevos da rainha. Desse modo, podemos dizer que existe um padrão ptolomaico-egípcio nas representações de Cleópatra, pois ela não apenas assumiu uma identidade egípcia, mas também preservou o padrão helenístico de seus ancestrais (PAULINO DA SILVA, 2014, p. 158).

No entanto, a partir das últimas décadas do século XX, um caloroso debate tem se articulado acerca da inscrição identitária de Cleópatra: branca ou negra? Greco-macedônia ou africana? Eurocentristas e Afrocentristas têm marcado suas posições no cenário científico e nos meios de comunicação.⁴ O pano de fundo discursivo desse debate é bem maior. Enfrentam-se num campo de disputas epistemológicas dois heterogêneos

³ A investigadora Renata Souza, citada anteriormente, também elaborou consistente análise sobre esse tema. Ver Souza (2014).

⁴ *CLEOPATRA*. Direção: James Gray. Apresentação: Vanessa Collingridge. In: *A Time Watch Guide*, BBC Four, 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/programmes/b052775d>>. Acesso em: 12 set. 2017.

grupos. De um lado, aqueles que lutam contra os efeitos da desfrancização do Egito e da negação do protagonismo histórico africano. Do outro, aqueles que continuam a desacreditar as investigações produzidas por pesquisadores africanos e afrocêntricos – quase sempre com o argumento de que seus trabalhos têm marcos políticos e ideológicos muito contundentes – continuando, assim, a vincular o Egito ao mundo mediterrânico europeu ou ao Oriente Médio.

Segundo Cheikh M'Backé Diop (2014, p. 90),⁵ o início desse exercício de extração intelectual e civilizatória do Egito de sua condição africana se confunde com a montagem dos impérios coloniais na modernidade. Confunde-se, também, com a produção das teorias racistas por parte dos intelectuais europeus que visavam a “posicionar o Negro no fundo da escala do seu sistema de hierarquização das raças e no topo da qual o homem Branco” era colocado. Essa perspectiva é confirmada pelo teórico afro-americano Molefi Kete Asante (2009, p. 100), segundo o qual “depois da conquista do Egito por Napoleão e Dominique Vivant Denon, imprimiu-se ao conhecimento da África uma orientação diferente”, marcada pela “empreitada de desmontar a africanidade da história egípcia, bem como da história africana no qual esta se relaciona com o vale do Nilo”.

O único rio do continente africano que se tornou parte da experiência europeia foi o Nilo. Foi como se a Europa o tivesse retirado da África, mililitro por mililitro, para despejá-lo na paisagem europeia. Todas as contribuições africanas do vale do Nilo se tornaram contribuições europeias, e a Europa deu início à tarefa de confundir o mundo quanto à natureza do antigo Egito. Trata-se da maior de todas as falsificações – e aquela que aparece nas discussões sobre as grandes civilizações da antiguidade (ASANTE, 2009, p. 100).

Diop (2014, p. 103) nos lembra que foi seu pai, o célebre investigador senegalês Cheikh Anta Diop que, nos anos 1950, contribuiu com um monumental esforço de pesquisa e enfrentamento epistêmico das teses que subalternizavam e inferiorizavam os africanos e as suas realizações históricas. Desde então, uma crescente e qualificada escola de cientistas africanos e diaspóricos tem continuado o exercício crítico e descolonizador da história africana e dos africanos no mundo. Mesmo que não fosse um intelectual filiado diretamente às teorias “cheikhantianas”, o pensador anticolonial martiniquense Frantz Fanon (1968, p. 175) também teceu lúcidas críticas aos efeitos do colonialismo e do racismo na produção das narrativas da história.

Talvez não tenha sido suficientemente demonstrado que o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo

⁵ Cheikh M'Backé Diop é filho de Cheikh Anta Diop. É doutor em Física Nuclear Avançada e dirigiu, ao lado do egiptólogo e historiador Théophile Obenga, a *ANKH, Revue d'Égyptologie et des Civilisations Africaines*.

não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética.

No entanto, este é um tema controverso e que necessita de um pouco mais de interlocutores. Voltaremos a ele logo a seguir. O que gostaria de fazer com essas cenas iniciais era chamar a atenção do leitor para um aspecto de grande sensibilidade. Como podemos refletir acerca da relevância da história africana a partir da brancura irrefletida de Cleópatra nos cenários imaginários e físicos de Hollywood? Aqueles que atribuem à rainha egípcia uma exclusiva ascendência macedônica, branca e europeizada compartilham a mesma visão de história daqueles que negam ou se silenciam sobre uma identificação africana do antigo Egito? Em parte, essa é uma questão epistemológica que se reflete ora nos silêncios discursivos sobre o assunto, ora nos discursos racistas ou eurocêntricos, que continuam a desafricanizar o antigo Egito. Esse é o nosso ponto de inquietude.

Deixemos o debate sobre a cor de Cleópatra em *pause*, em suspenso, no final do ensaio voltaremos a ele. Nossa atenção irá se concentrar, em grande parte deste texto, em outros dois elementos discursivos. O primeiro são os debates que tencionam a inscrição do Egito como uma civilização africana. Mesmo que a celeuma envolvendo a cor da pele dos egípcios antigos ainda cause fendas nas defesas sobre sua africanidade, ela não é suficiente para fazer ruir a estrutura na qual se procura construir uma história descolonizada de África.

O segundo ponto relaciona-se com os resultados de uma pesquisa que desenvolvi anteriormente,⁶ confrontada, agora, com uma nova investigação. Naquela oportunidade, os dados apontavam para a existência, nas narrativas dos textos didáticos brasileiros, dos mesmos olhares que não conseguiam enxergar o antigo Egito como uma parte do continente africano, ou melhor, como sendo uma civilização africana. E, aqui, tenho uma preocupação ou atenção especial. Se no cinema e na literatura eurocêntricas existiam visões hegemônicas sobre a não africanidade do Egito Antigo, seria importante analisar, transcorridos 14 anos da publicação da Lei 10.639/03,⁷ como os livros didáticos de História situam o tema entre suas lições sobre a África. Este é o problema central de estudo neste texto.

⁶ Ver Oliva (2007).

⁷ Remeto-me não apenas à lei que tornou obrigatório o ensino da História e Culturas Africanas, mas também às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Como já antecipei, essa não é uma preocupação inédita e muito menos exclusiva de minha parte. Eu já havia visitado a temática em minha tese de doutorado, defendida em 2007, e em dois artigos anteriormente publicados,⁸ mas com perguntas um pouco distintas daquelas agora realizadas. O foco temporal da produção e do seguimento de destino dos manuais analisados naquela oportunidade também era outro, concentrando-se no período que se estendia de 1999 a 2005, para livros referentes aos anos finais do ensino fundamental.

Outros pesquisadores também já se debruçaram, de forma muito mais exaustiva e categórica, sobre o assunto, sendo que alguns trabalhos mais completos e anteriores a este ensaio merecerem destaque. Entre eles estão as dissertações de mestrado defendidas, em 2016, por Viviane Aparecida Paiva e,⁹ em 2009, por Jorgeval Andrade Borges.¹⁰ Estes autores analisaram uma parte das questões que levanto, além é claro de dissecar os livros em busca de problemas que eu não havia me preocupado. O enfoque de suas investigações ficou concentrado nos livros didáticos produzidos entre 2005 e 2013. As conclusões apontaram para a permanência dos discursos eurocêntricos sobre o Egito Antigo e a negação de sua africanidade, mesmo que fossem percebidos alguns avanços na forma de abordar o ensino de História da África, assim como eu havia concluído para os livros do período anterior.

O retorno ao tema justifica-se, portanto, pela necessidade de fazermos constantes balanços da produção historiográfica escolar e pelo esforço de mapearmos mudanças ou continuidades em suas narrativas em relação aos estudos africanos. Além disso, analiso três dos treze livros aprovados recentemente no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018,¹¹ e, portanto, destinados ao uso em escolas públicas brasileiras nos próximos três anos.

A partir do ponto enunciado acima, anuncio tardiamente minhas intenções com este ensaio. A primeira foi (re)visitar alguns autores que discutem, a partir da perspectiva africana, o lugar civilizatório e histórico do Egito e as teses do afrocentrismo e da afrocentricidade. Teóricos como Théophile Obenga, Babacar Sall, Aboubacry Moussa Lam e Molefi Asante nos conduzirão nesse exercício. Tentaremos, mesmo que de forma panorâmica, apontar também para leituras que problematizam a questão da africanidade do Egito Antigo, mas sem uma defesa afrocêntrica dessa perspectiva. Iremos, neste

⁸ Ver Oliva (2008; 2011).

⁹ Ver Paiva (2016).

¹⁰ Ver Borges (2009).

¹¹ Ver Brasil (2017).

caminho do meio, dialogar com autores como Elikia M'Bokolo e Ella Shohat. Essa foi minha segunda intenção.

Por fim, como abordagem final do ensaio, analisei um conjunto formado por três livros didáticos de História destinados ao ensino médio. Minhas leituras sobre os conteúdos históricos apresentados por esses manuais foram dirigidas por alguns questionamentos, que reproduzo a seguir.¹² O Egito foi apresentado literalmente como uma civilização africana ou foi apenas situado (ou sitiado) geograficamente no continente? Os autores abordaram as teses afrocêntricas em contraposição às teses eurocêntricas sobre a História do Egito? Os livros concederam espaço e atenção para o debate acerca da cor da pele dos antigos egípcios, ou seja, informaram aos leitores a possibilidade de eles serem classificados como negros e não como brancos? E, por fim, quais referências bibliográficas os autores consultaram (ou pelo menos citaram) para produzir suas lições sobre o Egito Antigo? Elas possuem autores africanos? Os elaboradores referenciaram seus textos em qual historiografia: a europeia, a brasileira ou a africana?

Não pretendo, e muito menos conseguiria, noticiar a vasta produção e o intenso debate existente sobre o assunto, inclusive entre pesquisadores brasileiros filiados às diferentes escolas de interpretação sobre o lugar civilizatório e identitário do Egito Antigo. Optei pelo referencial afrocentrado por uma questão de filiação epistemológica e de convicção teórica. Defendo que a presença dos debates históricos centrados nas experiências e narrativas das sociedades referenciadas, como no caso das africanas, permitiria uma infiltração positiva nas estruturas eurocentradas do conhecimento histórico escolar no país. Mas deixemos os especialistas se posicionarem.

As vias afrocêntrica, eurocêntrica e o caminho do meio. Situando os debates sobre a africanidade do Egito

Tenho em relação aos estudos sobre o tema duas questões iniciais muito relevantes. A primeira seria a classificação do antigo Egito, em grande parte da produção historiográfica escolar brasileira, como uma civilização mediterrânea e não-africana, pelo menos como comprovaram as investigações realizadas em outros momentos. A segunda, talvez derivada da primeira, é a pequena atenção ao debate sobre a possível ascendência de um fundo populacional negro como formador do Egito.

¹² Os três manuais são os seguintes: Boulos Júnior (2016), *História. Sociedade & Cidadania, 1*; Braick e Mota (2016), *História. Das cavernas ao Terceiro Milênio, 1*; e, Cotrim (2016), *História Global. Brasil e Geral, 1*.

Acerca do primeiro assunto avalio que não deveriam existir mais lacunas ou silêncios nos livros didáticos. O antigo Egito é uma civilização que conhece a luz do dia, seu esplendor e o cair da noite em África. Não se defende com isso que os egípcios estavam isolados e não influenciaram ou foram influenciados por outras sociedades. A história de suas relações e dinâmicas é conhecida, mesmo que parte dela seja negada. Mas, o argumento que não pode ser olvidado é que o antigo Egito era africano. E isso não se limita a apresentar o Egito como tendo seu percurso ligado ao Nilo ou localizado no nordeste geográfico daquele continente. É preciso que os autores informem que o Egito foi uma civilização africana, tanto nos títulos ou chamadas de capítulos, como nas narrativas explicativas que compõem as informações históricas apresentadas ao longo dos capítulos.

Já o debate, ainda inconcluso, sobre as teses de que o antigo Egito seria uma civilização negro-africana (de povoamento “negro”) deveria ser, pelo menos, mencionado nos livros escolares. Não discutir o tema é uma manifesta adesão às epistemologias e narrativas históricas eurocêntricas. É a escolha por uma forma de pensar, escrever e inscrever a história dessa civilização feita a partir de uma perspectiva de fora da África, silenciando a “fala” e a posição de parte dos historiadores africanos sobre o assunto e sobre a história de seu próprio continente.¹³ Essa seria uma expressão da história colonial em um contexto pós-colonial. No entanto, o posicionamento dos pesquisadores sobre a antiguidade africana, e de grande parte de autores dos livros didáticos sobre esse debate, tem se revelado silencioso e eurocêntrico, mesmo que com positivas exceções. Vejamos algumas posições sobre as duas questões.

Um diálogo tenso

O historiador congolês Elikia M'Bokolo (2003, p. 58) nos lembra que, até meados do século XX, duas correntes historiográficas – a europeia e a árabo-muçulmana – “tinham dominado o conhecimento do Egito antigo” e que, “em conjunto, tinham cortado o Egito do continente africano para o integrar na Ásia ocidental e no mundo mediterrâneo”. A partir de 1950, antecedida por trabalhos que mergulham no século XIX,¹⁴ a obra do pensador senegalês Cheikh Anta Diop, teria causado um efeito incendiário sobre essa forma de tratar o Egito Antigo, o que M'Bokolo classificou como “revolução cheikantiana”.

¹³ Mesmo que vários pesquisadores africanos não se filiem às teses afrocêntricas, principalmente no que diz respeito à classificação do Egito Antigo como uma civilização negro-africana.

¹⁴ Para uma consistente análise sobre o pensamento pan-africano ou afrocêntrico consultar o artigo de Barbosa (2011/2012).

A perspectiva defendida por Diop era a de associar de forma direta e absoluta as origens e o desenvolvimento da civilização egípcia ao continente africano e às populações negro-africanas (ANTA DIOP, 2010; 2014).

Para o historiador congolês, essas teses revelavam faces contraditórias: uma rompia com as teorias dominantes até então, defendendo a classificação do Egito como uma civilização africana; a outra mantinha como argumento central “a adesão à teoria das raças” e a “associação entre raças e civilização” (M’BOKOLO, 2003, p. 63). Essa segunda face representaria, para alguns dos críticos de Diop, uma possível falha no esforço de reafricanizar o Egito.

Segundo Ella Shohat (2004, p. 29), a intenção dos pensadores afrocêntricos reflete um exercício de resistência e oposição às teses que inferiorizavam a África e os africanos, classificadas por ela como uma “invenção ideológica”. Um dos efeitos dessas teses teria sido a erradicação, na consciência histórica ocidental, “do significado da Núbia para a formação do Egito, do Egito no desenvolvimento da civilização grega, da África para a Roma Imperial, e mais agudamente da influência do Islã sobre a história econômica, política e intelectual da Europa”.

O próprio debate sobre a cor da pele de Cleópatra e sua inscrição em uma identidade europeia ou africana envolveria a forma como se produziam narrativas e discursos sobre a Grécia e o Egito. Principalmente, o tenso diálogo envolvendo a forma como era conduzida a discussão “sobre as ‘verdadeiras origens’ da ‘História’ e da ‘Civilização’ – entre a afirmação eurocêntrica da Grécia como ponto de origem e a afirmação afrocêntrica do Egito” (SHOHAT, 2004, p. 26). No entanto, Shohat (2004, p. 16) é contundente em sua crítica sobre a continuidade de uso da categoria ou da ideia de raça para inscrever Cleópatra ou o Egito em um lugar identitário específico.

Ao mesmo tempo, o que é notável no debate – tanto no discurso eurocêntrico quanto no afrocêntrico – é a maneira como a categoria raça como marcador biológico se confunde com as de etnia e nacionalidade como sintomas de filiação geográfica, social e cultural. De muitas maneiras, portanto, as afirmações opostas – de que Cleópatra era egípcia, e portanto negra, e de que era grega, e portanto branca – são igualmente problemáticas. Tanto a equação simplista entre, de um lado, ser egípcia e negra, quanto, de outro, ser grega e branca, essencializam geografias culturais.

O que seria uma fraqueza no argumento de Diop ou das teses que defendiam a localização geográfica-civilizatória-identitária do Egito Antigo em África tornou-se, no entanto, um dos elementos-chave de seu pensamento para outros teóricos africanos ou afro-diaspóricos. O filósofo congolês Théophile Obenga (2013) afirma, em um de seus textos mais contundentes, que durante muito tempo o estudo sobre o Egito antigo ou

faraônico, no Ocidente, ligou-se (e de certa forma ainda se liga) a uma larga tradição eurocêntrica. No entanto, em sua análise, Obenga (2013, p. 39) defende que, para grande parte dos especialistas africanos, o “Egito faraônico é uma civilização negro-africana, pela variedade biológica dos seus habitantes, os seus modos de pensar, a sua escrita, as suas cosmogonias, as suas concepções da realeza, a sua percepção da vida, da sociedade, do universo”.

Obenga (2013, p. 38), a partir da perspectiva afrocêntrica, afirma ainda que “o Egito era um reino africano, no continente africano, e não no *Próximo Oriente*, ou na *Ásia Anterior*, ou *Menor*”. Vai além, ao defender que o “Egito faraônico foi uma civilização criada por africanos negros, numa muito recuada antiguidade, que nunca recebeu aportações determinantes vindas do exterior”. Essa tese diverge da lógica epistêmica que continua a negar, ou a omitir, a presença africana na formação do antigo Egito.

As percepções (um sistema sensorial, por entre tantos outros) são largamente determinadas e influenciadas por características culturais dos indivíduos e pelas ideias dominantes da sociedade. O “negro” pode ser percebido como “castanho” por ideólogos racistas que se recusem a reconhecer a realidade epidérmica dos antigos Egípcios faraônicos, responsáveis pela civilização africana do Baixo-Nilo, na Antiguidade. Não há termo grego mais forte que *melas* para designar o “negro”, mas os ideólogos usam outra forma quando se referem à pele dos antigos Egípcios faraônicos (OBENGA, 2013, p. 44).

Para outro autor afrocêntrico, Molefi Asante (2009, p. 101), dois argumentos principais empregados por Diop, e continuamente trabalhados e ajustados desde então, iriam revolucionar a forma como os pesquisadores observavam e classificavam o Mundo Antigo. O primeiro seria a marcante influência da África na formação das artes, ciência e filosofia na Grécia antiga. Articulado a esse primeiro aspecto ainda existiria a defesa da perspectiva de que “os egípcios eram africanos de pele negra, como provam os depoimentos de Heródoto, Aristóteles, Deodoro e Estrabão”. O segundo ponto defendido por Asante refere-se aos estudos que comprovariam a teoria monogenésica da humanidade, tendo como seu berço a África.

De acordo com o egiptólogo senegalês Aboubacry Moussa Lam (2014, p. 156), tais argumentos seriam reforçados também pelo fato de que “praticamente todos os Negros da África” afirmam “ser provenientes do Egito”. Além disso, existem diversos estudos que revelam que os “egípcios sempre se consideraram como negros e foram considerados enquanto tal pelos seus contemporâneos”.

No plano estritamente científico, as tradições africanas, pela sua relação decisiva, permitem atualmente encerrar o debate e classificar melhor a civilização egípcia; porém, não somos ingênuos ao ponto de acreditar que tal sucederá em breve,

tendo em conta que as motivações que animam alguns estão longe de ser puramente científicas. Por outras palavras, a ideologia que tanto prejudicou a África e os Africanos ainda vai, infelizmente, perdurar por mais tempo (LAM, 2014, p. 156-157).

Já o historiador e egiptólogo senegalês Babacar Sall (2014, p. 127) lembra que Diop acreditava que “já não era possível que a história das sociedades africanas fosse elaborada por não-Africanos, uma vez que, segundo um provérbio muito conhecido, aquilo que se faz por vós e sem vós, será feito contra vós”. Esta era apenas outra forma de apontar criticamente para as teses defendidas pelos africanistas eurocentristas que julgavam não ser “possível que os Negros em geral, e os Negros Africanos em particular, colonizados, alienados, excluídos de entre os intervenientes no futuro da humanidade, empreendessem a escrita e a história das suas sociedades e a história da humanidade”.

Outro aspecto destacado por Sall seria o fato de que o estudo e a escrita da História das sociedades africanas, a partir das questões e perspectivas africanas, desenvolveram-se de forma respeitável nas últimas décadas, inclusive a partir dos postulados de Diop. Além disso, a História da África correspondente à Antiguidade europeia concentrou-se no Vale do Nilo e, assim como a matriz egípcia foi muito relevante, também o foi a história das sociedades que tiveram seu curso na Núbia-Sudão, “região que os autores gregos antigos designavam de Etiópia”. Ambas seriam sociedades africanas e “as representações que possuímos destes Núbio-Sudaneses [...] anulam as teorias fantasiosas que procuraram estabelecer distinções raciais entre Egípcios e Núbio-Sudaneses na antiguidade” (SALL, 2014, p. 134).

De acordo com M'Bokolo (2003, p. 63), após “o famoso colóquio do Cairo sobre o povoamento do Egito antigo e a decifração da escrita meroítica (1974)”, teriam se desenvolvido duas escolas para além daquelas que reuniram os defensores do povoamento “caucasóide” (branco) e os defensores do povoamento “negro” da região do Nilo.

Uma consiste em negar a pertinência do conceito de “raça” em proveito do estudo de relações sociais entre grupos humanos, de origens provavelmente diferentes. A outra, aceitando de boa ou má vontade tratar das raças, aposta na existência muito antiga de grupos muito heterogêneos e de processos de mestiçagem (M'BOKOLO, 2003, p. 63).

Shohat (2004) defende, de maneira muito mais incisiva, a perspectiva que se apóia na formação de um espaço sincrético entre o Mediterrâneo e o Egito, principalmente para o período Ptolomaico, mas não apenas. Seus argumentos refletem uma sofisticada combinação de categorias e uma refinada crítica sobre as teorias raciais, essencialistas

e segregacionistas que recusaram ou que inscreveram a identidade de Cleópatra e do próprio Egito em apenas um único lugar.

[...] de uma perspectiva eurocêntrica, a Grécia é construída como puramente europeia, e, portanto, branca, enquanto que, para o afrocentrismo, o Egito é africano, e, portanto, por definição, negro. Ambas as lógicas segregacionistas especulares, contudo, ignoram o problema do sincretismo cultural, especialmente dentro do espaço do Mediterrâneo. Mesmo que quiséssemos afirmar a pura brancura ou negritude de Cleópatra, o que diríamos sobre sua cultura? Assim como afirmar a ideia do “sangue puro” em qualquer lugar é uma ideia historicamente suspeita, também o é a de culturas puras. Como a maioria dos mundos culturais, o de Cleópatra era complexo: as porosas fronteiras culturais entre as civilizações da Grécia e do Egito permitiam o choque, o diálogo, o empréstimo e, em última análise, a mútua transformação. A suposição de que trezentos anos de população greco-macedônia no Egito não teriam produzido uma mistura cultural suficiente para fazer de Cleópatra uma figura sincrética é altamente questionável (SHOHAT, 2004, p. 31-32).

No entanto, Shohat (2004, p. 29) nos lembra que a “negação da mistura étnica/racial na antiguidade, [...] deve ser vista dentro do contexto mais amplo do surgimento do colonialismo e de uma nova epistemologia eurocêntrica”, que negavam a possibilidade de misturas entre as civilizações e as sociedades humanas, pelo menos quando a direção dessas influências retirava a Europa do centro da história e do poder. Para a teórica pós-colonial, qualquer exercício ou desejo – europeu, africano ou árabe – de inscrever Cleópatra, e podemos incluir nesse caso o próprio Egito Antigo, “numa única cor, nação ou raça – numa palavra, numa única identidade – se provará fútil” (SHOHAT, 2004, p. 53).

“Falas” coloniais em um contexto pós-colonial

Existe, no entanto, um inquietante problema para que eu possa aderir plenamente ao pensamento de Shohat (2004), pelo menos para a análise que pretendo realizar. Em minha curta percepção, um relevante detalhe impede o uso mais assertivo da inequívoca contribuição dessa autora. Não devemos nos esquecer que é, justamente, o contexto no qual nos encontramos que interfere nos discursos e narrativas produzidos sobre o antigo Egito nas escolas. E, neste caso, mesmo que a partir de “falas” ou “vozes” que se enunciam de um período pós-colonial, nosso contexto ainda reflete um mundo fendido de forma seminal pelas experiências coloniais e pelo racismo. Estou convencido de que não vivemos, de fato, em mundo pós-racial, ou em uma sociedade na qual a “descolonização” tenha sido plena. Como defende o teórico decolonial Nelson Maldonado-Torres (2007), o que classificamos como mundo moderno europeu, ou melhor, modernidade, é o reflexo de um novo padrão de dominação e exploração que

surgiu de diversas experiências do colonialismo, da escravidão e do racismo. Um de seus efeitos seria a “colonialidade” (do poder, do saber e do ser), que não se confunde com o colonialismo, sobrevivendo ao seu fim.

A colonialidade não significa o mesmo que o colonialismo. O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que transforma essa nação em um império. Diferenciando-se desta ideia, a colonialidade refere-se a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de limitar-se a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, ele se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas são articuladas entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, embora o colonialismo preceda à colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. A mesma é mantida viva em manuais de aprendizagem, no critério para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na auto-imagem de povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos da nossa experiência moderna (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131, tradução do autor).¹⁵

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2014b) afirma que as disputas entre as narrativas coloniais e pós-coloniais, racistas e anti-racistas, ainda se estruturam nos exercícios de imposição, resistência e subversão de parte desses postulados ideológicos, que negavam a historicidade da África e a humanidade dos africanos.

O pensamento pós-colonial analisa o trabalho concretizado pela raça, bem como as diferenças assentes no gênero e na sexualidade no imaginário colonial, as suas funções no processo de subjetivação dos subjugados coloniais. Paralelamente, debruça-se sobre a análise dos fenômenos de resistência que marcaram a história colonial, as diversas experiências de emancipação e os seus limites, tal como os povos oprimidos se constituíram sujeitos históricos e influenciaram [...] a constituição de um mundo transnacional e diaspórico. Por fim, incide sobre a forma como os vestígios do passado colonial são atualmente objeto de um trabalho simbólico e prático (MBEMBE, 2014b, p. 102).

Apesar dessas considerações, o historiador Elikia M'Bokolo (2003, p. 76) está convencido de que “a pertença do Egito ao mundo negro-africano continua a suscitar controvérsias” e incertezas. Fato que não ocorreria em relação aos estudos de um cenário

¹⁵ No original: “Colonialidad no significa lo mismo que colonialismo. Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna”.

histórico, ao sul do Egito. Segundo M'Bokolo, Kush e Axum seriam, incontestavelmente, os primeiros Estados africanos.

Parece-me mesmo que, para M'Bokolo (2003, p. 62-63), a discussão sobre o lugar de pertencimento do Egito antigo, definido como espaço exclusivamente negro-africano, seria um imbróglio de difícil solução ou de polêmicas falsas. Ele nos lembra que este é um debate que recua ao século XIX, quando alguns intelectuais afro-americanos e depois africanos, em reação às teses racistas e racialistas, "recuperaram por sua conta o conceito de raça, contentando-se, se assim se pode dizer, em pôr a pirâmide sobre as suas bases, proclamando que os antigos egípcios tinham pertencido à raça negra". Um dos pontos de inquietude para o historiador congolês é, talvez, a própria resposta para suas incertezas.

É também necessário determinar se a civilização (ou as civilizações sucessivas?) do Egito faraônico era "negro-africana", interrogar-se a respeito da pertinência da aplicação da identidade "negro-africana" a uma determinada civilização e extrair, se tal for necessário, todas as consequências epistemológicas e historiográficas de carácter "negro-africano" do Egito faraônico (M'BOKOLO, 2003, p. 53).

A resposta, neste caso, parece ser, ao invés de extrair, inserir a possibilidade dessa identificação entre o Egito faraônico e as sociedades negro-africanas. Isso não significa ignorar o debate ou a polêmica, mas, no limite, conceder visibilidade a ele. No entanto, tal possibilidade parece não ser aceita abertamente pelo conjunto da literatura histórica em uso no país e no Ocidente, inclusive na própria literatura didática, como já critiquei em ensaio anterior (OLIVA, 2011).

Não nos esqueçamos que o contexto da fabricação da ideia de raça e da subalternização da humanidade africana (além, é claro, de outras humanidades) é o mesmo lugar da exclusão discursiva do Egito da África. Ou seja, ele se confunde com a modernidade e com a montagem do mundo colonial europeu. Porém, seus efeitos e estruturas não se encerraram junto com a experiência colonial ou a escravidão. O teórico congolês Valentin Mudimbe (2013, p. 53-53) defende que a ideia de África não existia na Antiguidade, pelo menos não como a vemos hoje. De forma similar, a categoria e o conceito de "negro" também não eram usados, pelo menos como da forma que passou a ser empregado a partir do século XVI. No entanto, isso não diminuiu os efeitos do colonialismo e do racismo nas narrativas que ainda hoje excluem o Egito de África ou que, sequer, mencionam a possibilidade de que os antigos egípcios poderiam ter a pele negra. A associação do continente a uma cor/raça não foi ação intelectual inaugurada pelos africanos, mas sim pelos escravizadores, colonizadores e racistas, brancos e europeus. Apropriar-se da ideia, inverter seus sentidos, inscrevê-la em novos valores, subverter sua lógica e positivá-la, sim, foram ações africanas.

De qualquer forma, ao olharmos para os antigos egípcios do nosso lugar de enunciação e inscrição contemporâneos somos contaminados ou dirigidos pelos sentidos de “África” e “negro” produzidos, nos últimos séculos, por europeus e por africanos. No entanto, a ênfase em utilizar as lentes europeias nas leituras sobre o passado africano, alegando que sua construção é científica e neutra, é uma postura ingênua e, por vezes, cínica. Ao mesmo tempo, recusar-se a usar as lentes africanas para ler a história do continente africano, alegando que elas são embaçadas pela política e pelo engajamento teórico é uma postura epistemologicamente arrogante e colonial. Não afirmo, com isso, que não ocorreram exageros. Mas, negar a cientificidade das teses afrocentricas com o argumento de que elas são politicamente dirigidas é criar um véu de invisibilidade sobre o quanto a produção científica ocidental foi (e é) dirigida, política e ideologicamente também. Isso configuraria aquilo que o teórico decolonial Ramón Grosfoguel (2011) nomeou como “racismo epistêmico”.¹⁶

O racismo epistêmico refere-se a uma hierarquia de dominação colonial onde o conhecimento produzido por sujeitos ocidentais (imperialistas e oprimidos) de dentro da zona do ser é considerado *a priori* como superior ao conhecimento produzido por sujeitos coloniais não-ocidentais da zona do não-ser.¹⁷ A pretensão é que o conhecimento produzido pelos sujeitos pertencentes à zona do ser, do ponto de vista da direita do “Eu” imperial ou do ponto de vista esquerdista do “Outro” ocidental oprimido na zona do ser, seja automaticamente considerado universal e válido para todos os contextos e situações do mundo (GROSFOGUEL, 2011, p. 102, tradução do autor).¹⁸

Por fim, sobre as ideias ou categorias que definem o que sejam a África e o negro, acredito que Achille Mbembe (2014a, p. 75) possa nos auxiliar a dimensionar seus sentidos e alcances.

“África” e “Negro” – uma relação de co-produção liga estes dois conceitos. Falar de um é efetivamente evocar o outro. Um concede ao outro o seu valor consagrado. Dizemos que nem todos os africanos são negros. No entanto, se África tem um corpo e se ela é um corpo, um *isto*, é o Negro que o concede – pouco importa onde ele se encontra no mundo. E se Negro é uma alcunha, se ele é *aquilo*, é por

¹⁶ Ver Grosfoguel (2016).

¹⁷ Categoria elaborada por Frantz Fanon (2008, p. 26) em sua célebre obra *Pele negra, máscaras brancas*, na qual o pensador martiniquense defendia que “há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos”.

¹⁸ No original: “El racismo epistémico se refiere a una jerarquía de dominación colonial donde los conocimientos producidos por los sujetos occidentales (imperiales y oprimidos) dentro de la zona del ser es considerada a priori como superior a los conocimientos producidos por los sujetos coloniales no-occidentales en la zona del no-ser. La pretensión es que el conocimiento producido por los sujetos pertenecientes a la zona del ser desde el punto de vista derechista del ‘Yo’ imperial o desde el punto de vista izquierdista del ‘Outro’ oprimido occidental dentro de la zona del ser, es automáticamente considerado universalmente válido para todos los contextos y situaciones en el mundo”.

causa de África. [...] Um confunde-se com o outro, e um pesa no outro com o seu peso contagiante, simultaneamente sombra e matéria. Os dois são o resultado de um longo processo histórico de produção de questões de raça.

O Egito antigo e o ensino de História sob os olhares internos eurocentristas

Acerca do tratamento concedido ao Egito antigo no campo educacional identificamos alguns olhares mais conciliatórios com a tradição eurocêntrica. Entre os argumentos encontrados em trabalhos que discutiram o tema anteriormente e que criticaram a posição afrocêntrica, um tem sido recorrente. Boa parte dos autores alega que o uso das teses que defendem uma abordagem sobre o antigo Egito como uma civilização negro-africana, ou até mesma africana, é inadequado, pois submerge em imprecisões de ordem política e ideológica. Ao mesmo tempo, minimizam o problema que é inscrevê-lo em uma identidade Mediterrânica, europeia e branca.

Sobre o assunto, a pesquisadora Thais Rocha da Silva (2014) afirma que o “excesso de politização do ensino pode ter uma contrapartida perigosa, a de simplificar realidades e adequá-las a um discurso da conveniência, como é o caso de se situar o Egito na África e desconectando suas relações com o mundo mediterrâneo”.

Estou de pleno acordo com o argumento de que a excessiva politização é perigosa, mas, e o que foi feito sobre o Egito antigo nos discursos historiográficos e didáticos eurocêntricos nos últimos duzentos anos? Tratá-lo como uma civilização mediterrânica ou do Crescente Fértil, portanto, não-africana, deslocando sua historicidade para fora da África é uma evidente postura epistêmica e discursiva eurocêntrica e colonial.

Rocha da Silva (2014) reconhece os impactos disso, pois afirma que o Egito tinha “sido transformado num cenário, fixo e imóvel, para que o imaginário europeu desenvolvesse suas narrativas e fantasias”. Afirma também que os próprios egípcios tiveram “que ser treinados por europeus para desempenharem tarefas ligadas à produção de conhecimento sobre sua própria história e lugar”. Talvez a pesquisadora tenha se esquecido que este foi um dos efeitos do colonialismo e do racismo no Egito e no continente africano. Fanon (1968, p. 27-28) nos lembra que o mundo colonial era um mundo fendido, dividido.

O mundo colonial é um mundo dividido em compartimentos. Sem dúvida é supérfluo, no plano da descrição, lembrar a existência de cidades indígenas e cidades europeias, de escolas para indígenas e escolas para europeus, como é supérfluo lembrar o *apartheid* na África do Sul. [...] O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um

dos termos é demais.

O fato de alguns especialistas africanos, inclusive Diop, terem sido formados por europeus ou em escolas europeias não retira deles o mérito de suas investigações e, muito menos, desqualifica uma perspectiva histórica africana. O esforço discursivo da conveniência eurocêntrica foi justamente o de desconectar o Egito das suas relações e identidades africanas e associá-lo às influências de sociedades não-africanas, inclusive no campo científico. Por fim, Rocha da Silva (2014) argumenta que a “positivação de um Egito “africano” é tão problemática quanto à exclusão do Egito da África”.

Pensar na contribuição de um “Egito negro”, positivando a participação dos negros na constituição da civilização, não retira o Egito, nem os negros, de uma estrutura hierárquica. Ao mesmo tempo, o termo “negro” (*black*) é tratado sem historicidade, sobretudo ao se tratar das fontes antigas. A ideia de um passado “negro” simplesmente inverte a polarização da narrativa. [...] Nesse sentido, o esforço de trazer o Egito dos árabes e o Egito dos africanos no currículo escolar, com especial ênfase para o segundo, não altera o modo como o Egito é representado. Ainda que o passado seja resignificado constantemente pelo presente, é preciso evitar a compressão temporal e supressão das transformações sociais ocorridas. Não se pode matar o Egito de um para se constituir outro (ROCHA DA SILVA, 2014).

Discordo. Inscrever o Egito na História como uma civilização africana é um esforço para descolonizar mentes e histórias. Vou além. O uso dos discursos e pesquisas afrocentradas na educação brasileira não pode ser, simplesmente, comparado com o uso dos discursos eurocêntricos. O Afrocentrismo não é a mesma “coisa” que o eurocentrismo, não é uma simples inversão de seus argumentos (mesmo que alguns especialistas assim o definam).¹⁹ Não esqueçamos que não foram os africanos que invadiram e colonizaram a África e as Américas. Não foram os africanos que silenciaram e subalternizaram as narrativas históricas sobre o passado europeu. Mesmo se admitirmos que o discurso afrocêntrico seja uma contranarrativa ao discurso eurocêntrico, ele baseia-se na defesa da relevância histórica africana, antes de ser uma narrativa construída para subalternizar

¹⁹ Por exemplo, o historiador Paulo F. de Moraes Farias (2003, p. 336) afirma, em sua crítica ao discurso afrocêntrico, que tal discurso “trata-se de uma contranarrativa reabilitadora, que se contrapõe a uma outra (a opressora narrativa ‘eurocêntrica’). Nessa polaridade, os dois polos se constroem um ao outro [...]. No polo afrocêntrico assim concebido, a inversão do enredo da narrativa oposta é a tarefa essencial, e é o que determina as características e o significado das personagens, acontecimentos e objetos incluídos na história narrada. Tudo o mais é secundário. Uma vez executada aquela inversão, ficam (quase automaticamente) restabelecidas a verdade e a justiça, e essa veracidade e justiça permanecerão indestronáveis, essencialmente imunes à refutação por meros incidentes de pesquisa, mesmo quando estes tragam à luz evidências capazes de invalidar os postulados já entronizados. E aqueles que se recusam a reconhecer aquela verdade e justiça só podem ser vistos como moralmente defeituosos”.

outras histórias. A pesquisadora Elisa Larkin Nascimento (2009, p. 30) sintetiza essas características muito melhor do que eu.

A crítica afrocentrada verifica que, em grande parte, o Ocidente postula como conhecimento um conjunto de crenças que sofrem distorções oriundas do etnocentrismo ocidental. O pensamento afrocêntrico investiga e propõe novas formas de articular o estudo, a pesquisa e o conhecimento nesse campo. Um primeiro e básico postulado da afrocentricidade é a pluralidade. Ela não se arroga, como fez o eurocentrismo, à condição de forma exclusiva de pensar, imposta de forma obrigatória sobre todas as experiências e todos os *epistemes*. Ao enfatizar a primazia do lugar, a teoria afrocêntrica admite e exalta a possibilidade do diálogo entre conhecimentos construídos com base em diversas perspectivas, em boa fé e com respeito mútuo, sem pretensão à hegemonia.

A historiadora Raissa Brescia dos Reis (2010, p. 89-93) também critica a tese da identidade africana do antigo Egito apresentada por Cheikh Anta Diop e defendida por outros autores pan-africanistas ou afrocêntricos. Em sua perspectiva, o argumento de Diop tornou-se frágil e questionável por defender a existência de uma identidade negro-africana compartilhada ou de uma africanidade racializada que uniria os egípcios antigos e os africanos contemporâneos. Reis (2010, p. 93) afirma ainda que o argumento de Diop era marcadamente político, apoiado na ideia de raça e militante.

O africano representado nos textos pan-africanistas não existe e nunca existiu, mas era tomado como um pressuposto, como uma categoria. [...] ao desconsiderar as múltiplas identidades que têm lugar no continente africano, e até mesmo as muitas culturas que se constituíram ao longo dos anos nesse território, procurando engessar a origem e a identidade sob a égide biológica de seu conceito de raça, o historiador dificultou a aplicação de sua análise. A própria escolha do Egito como civilização negra por excelência atingia muito mais a academia europeia do que as populações africanas, com identificações regionais muito mais fortes. Não se deve negar o mérito, inclusive político, que suas teorias possuem, mas sua busca por uma adequação das identidades de África e do africano em categorias estanques e empiricamente inverificáveis são e devem ser alvos de críticas necessárias.

O argumento das pesquisadoras é muito mais sofisticado do que a síntese aqui apresentada, mas sua defesa é questionável. A polêmica sobre o tema é intensa na historiografia e parece ir além de um debate centrado sobre as evidências históricas do passado africano do Egito (mesmo que elas existam). A desafricanização do Egito na historiografia eurocêntrica, sua "arabização" pelo orientalismo ou sua centralidade nos discursos afrocêntricos respondem às demandas investigativas, epistêmicas, políticas, identitárias e racistas ou anti-racistas, que não devem ser ignoradas. Este não é o foco do ensaio, mas não posso me silenciar sobre ele.

Se a tese de Diop apresenta lacunas temporais e alguns dados que podem (e devem) ser questionados, isso é um aspecto a ser considerado. Mas a partir de um diálogo equilibrado, considerando a posição também da produção historiográfica africana posterior à obra de Diop. Isso não tem ocorrido, inclusive na produção didática. A ideia de que sua obra deve ser criticada por tornar estanque a identidade africana (positivada, neste caso) parece não considerar que os estudos eurocêntricos fazem isso há muito tempo, só que de forma negativa, subalternizando suas experiências e negando sua contribuição para o patrimônio histórico da humanidade.

Como vimos até aqui, por trás da polêmica sobre a cor da pele de Cleópatra revela-se, portanto, um outro debate muito mais significativo. As teses do africanismo eurocentrista afirmavam que os egípcios seriam brancos e sua civilização seria ligada ao Mediterrâneo ou ao Crescente Fértil. Já os afrocentristas defendiam que os egípcios antigos seriam negros e sua civilização ligada aos espaços africanos. Segundo Shohat (2004, p. 16):

O debate sobre a tonalidade da pele de Cleópatra nos meios de comunicação tem tudo a ver com contestações multiculturais sobre currículo, pedagogia e historiografia. O que está em jogo no debate sobre Cleópatra é saber se o ensino de história pode ser questionado e revisto, ou apenas padronizado da maneira usual. A disputa sobre se Cleópatra é branca ou negra não pode, assim, ser examinada simplesmente no domínio da Antiguidade, mas deve também ser vista dentro do contexto colonial e de suas consequências. O investimento contemporâneo na negritude de Cleópatra, em que ela era egípcia e africana, está em oposição dialética à insistência prévia em sua brancura, e em que ela era grega e europeia.

Na bifurcação entre o eurocentrismo e o afrocentrismo, os autores dos manuais parecem optar por seguir o primeiro caminho. Em minha percepção, uma terceira possibilidade ainda não foi construída. Isso se tornou evidente quando analisei a forma como os conteúdos da História da África foram abordados nas coleções didáticas de História entre 1990 e 2005, novamente ressaltando-se algumas exceções (OLIVA, 2007). Em quase todos os manuais escolares analisados, naquela ocasião, preservava-se uma estrutura narrativa temporal linear, monoepistêmica e informativa centrada em uma história eurocêntrica. Por óbvio, a ênfase recaía na História da Europa associada à História da América e do Brasil (também com perspectivas eurocêntricas) com breves fendas nas quais a História da África, das sociedades indígenas e de outras experiências históricas foram enunciadas. A inclusão desses conteúdos não abalou ou desorganizou a estrutura e a perspectiva eurocentradas da História.

Voltando à questão do Egito antigo, também concordo que as identidades africanas não são estanques e atemporais. Elas são historicamente construídas e situadas. As

formas e estratégias, inclusive discursivas, empregadas pelas pessoas para se inscreverem em uma ou várias identidades africanas foram sendo construídas dentro de contextos políticos, sociais, temporais e culturais diversos. Neste caso, a defesa de que os egípcios antigos eram negros e, principalmente, que eram africanos é um produto historiográfico (fruto de pesquisa), de defesa de uma epistemologia africana e do uso social da história da África pelos africanos e pelas populações afrodiáspóricas. Como o foi também o esforço discursivo, epistêmico e racista de retirar o Egito de África e da sua evidente condição de civilização africana. Segundo Obenga (2013, p. 39):

[...] todos os povos, todas as nações, todas as comunidades de origem africana, no continente ou fora dele (nas Américas, designadamente), devem, sem autorização prévia de quem quer que seja, considerar que é no Egito faraônico, ocultado pela historiografia eurocentrista, que se manifestou contra a África, e a despeito de séculos de tráfico negreiro e de colonização política, econômica, cultural e humana, que se encontra o fundamento histórico das humanidades africanas que chegaram no mundo contemporâneo.

Portanto, omitir, silenciar ou não considerar o que dizem os historiadores africanos sobre o passado do continente, inclusive quando os autores de manuais produzem seus textos, não parece ser uma postura neutra. Pelo contrário, é o reforço do argumento de que sua contribuição para a compreensão da história da humanidade não é relevante. No entanto, vejamos como se posicionaram os autores dos três manuais analisados para este ensaio. Até o momento, meu foco ficou no debate epistemológico e nas defesas de seus diferentes postulados. Se a última década foi importante por sinalizar mudanças em relação ao lugar que o ensino da História das Sociedades Africanas ocupava em nossos “bancos escolares” – principalmente a partir da Lei 10.639/03 –,²⁰ compete agora, transcorridos quase quinze anos de sua edição, observar se essas mudanças se limitaram à inclusão de conteúdos ou se elas repercutem nas perspectivas com as quais pensamos a história da humanidade.

Narrativas sobre o Egito antigo em livros didáticos de história no PNLD 2018

Os três manuais eleitos para análise neste ensaio foram selecionados entre as 13 coleções destinadas ao ensino médio aprovadas na avaliação realizada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018. Isso significa dizer que eles poderão estar nas escolas do país entre os anos de 2018 e 2020, já que a escolha dos manuais é uma

²⁰ Ver Oliva (2003).

opção dos professores e das próprias escolas. Mas, a julgar pelo histórico do PNLD, a possibilidade disso ocorrer é grande.

Os livros²¹ pertencem a três editoras diferentes e já haviam sido aprovados no PNLD de 2015.²² Naquela edição do programa, que é trienal, entre as 19 coleções selecionadas foram essas três as mais compradas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Lembramos que, desde o PNLD 2015, cada coleção passou a apresentar obrigatoriamente três volumes para serem utilizados separadamente em cada uma das séries do ensino médio. Os dados referentes ao volume de livros negociados e aos recursos empregados são impressionantes.²³

A coleção *História, Sociedade & Cidadania* teve um total de 1.385.765 exemplares adquiridos (entre seus três volumes). A segunda mais comercializada foi a *História Global. Brasil e Geral*, com 997.744 livros comprados. Por fim, em terceiro lugar ficou o livro *História. Das cavernas ao Terceiro Milênio*, com 821.104 exemplares vendidos. Portanto, juntas, as três coleções venderam um total de 3.204.613 livros para o governo,²⁴ o que representou 42,3% dos livros adquiridos no PNLD 2015 na área de História. Os montantes financeiros também impressionam. Juntas, elas renderam às editoras um total de R\$ 23.161.546,96.

O antigo Egito foi abordado no primeiro volume de cada uma dessas coleções, portanto, no livro correspondente ao primeiro ano do ensino médio. Isto ocorreu pelo fato de as obras selecionadas refletirem uma tendência historiográfica hegemônica, já diagnosticada há vários anos, tanto no que se refere à estrutura pedagógica como às perspectivas de organização e apresentação do conteúdo histórico. Alguns desses marcos também foram apontados pelos avaliadores do PNLD 2018 e são importantes para a análise realizada neste ensaio.²⁵

O primeiro aspecto compartilhado é em relação à abordagem cronológica linear e eurocentrada da História, marcante nas narrativas produzidas pelos mais diversos autores de livros didáticos, com pouquíssimas exceções. A maioria dos textos é organizada a partir do modelo intitulado de História Integrada,²⁶ que articula em um ordenamento cronológico

²¹ Os manuais são os seguintes: Boulos Júnior (2016), *História. Sociedade & Cidadania*, 1; Braick e Mota (2016), *História. Das cavernas ao terceiro milênio*, 1; e, Cotrim (2016), *História Global. Brasil e Geral*, 1.

²² As coleções *História. Das cavernas ao terceiro milênio* e *História Global. Brasil e Geral* já figuravam entre os livros aprovados pelo PNLD desde 2008, quando ocorreu a primeira avaliação dos livros didáticos destinados ao Ensino Médio. Já a coleção *História. Sociedade & Cidadania* apareceu a primeira vez no PNLD 2015.

²³ Consultar as informações, tabelas e dados no site do FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>>. Acesso: 14 de set. 2017.

²⁴ O PNLD 2015 adquiriu um total de 7.566.415 livros didáticos de História para o ensino médio.

²⁵ Para um entendimento mais panorâmico dos efeitos do PNLD sobre a abordagem da História da África nos livros didáticos de História consultar o artigo de Garrido (2016).

²⁶ Apenas uma coleção seguiu o modelo conhecido como História Temática.

– portanto, dos “primórdios da humanidade até os dias de hoje” – os diferentes contextos históricos. Dessa forma, conteúdos da História do Brasil, da América e da História Geral (Europa, África e Ásia) se alternam entre os capítulos, em um sentido ordenado por um tempo cronológico, com eventos sincrônicos e que valoriza as experiências históricas europeias. As estruturas das coleções e a seleção dos conteúdos não apenas concentraram maior atenção nas experiências e perspectivas da História europeia, como concederam um olhar hegemônico ao “protagonismo” europeu no devir da humanidade (BRASIL, 2017, p. 16-19).

Outra característica marcante dessa abordagem eurocêntrica é a manutenção da divisão entre Pré-História e História e de uma periodização histórica centrada no recorte quadripartite, fundada e dirigida pela história europeia.²⁷

Observem que esses dois clássicos modelos de distribuição da matéria (integrada e temática) conservam a periodização em cinco partes: Pré-História, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Os autores veem tal divisão como “tradicional”, correspondente à “História ocidental” e relacionada à “História da Europa” (BRASIL, 2017, p.19)

Um exemplo da clara hegemonia da perspectiva eurocentrada de História pôde ser identificado nas críticas apresentadas pelos pareceristas das obras.²⁸ Em suas resenhas críticas, eles apontaram para a permanência das perspectivas epistemológicas históricas cunhadas a partir das escolas historiográficas europeias. No entanto, seja no texto introdutório, como nos pareceres, nenhum dos elaboradores apontou para a possibilidade ou a necessidade de existir uma perspectiva epistêmica diversa da europeia, como a africana, a indiana, a sul-americana, a pós-colonial, a decolonial, a diaspórica, a feminista, etc.

Em geral, as coleções transmitem ideias de trajetória da historiografia ocidental: escola metódica/marxista, *Annales*, nova História/História social (marxista) inglesa e nova História cultural. Essa disposição como percurso linear, contradiz, em muitos casos, a própria definição de História a que se distancia da interpretação da experiência humana como linha ininterrupta (BRASIL, 2017, p. 16).

Parece existir ainda uma segunda limitação na crítica dos avaliadores em relação ao viés eurocêntrico das coleções. Por exemplo, os organizadores do Guia de Livros Didáticos (BRASIL, 2017, p. 18-19) afirmam que os manuais estariam atentos ao “combate ao eurocentrismo e à disposição linear de um suposto processo histórico da humanidade”.

²⁷ Para uma crítica mais panorâmica dos Livros Didáticos de História, ver Caimi e Rocha (2014).

²⁸ A lista de especialistas que avaliam as obras é divulgada no Guia de Livros Didáticos e, quase sempre, é composta por professores universitários de História especializados nas mais diversas áreas.

Uma das formas de fazer isso seria, justamente, a organização das coleções na estrutura acima apresentada, a de História Integrada.

No esforço para distanciarem-se do eurocentrismo, justificam a inclusão das histórias da África, dos povos indígenas e afro-brasileiros (prescrições legais), e também as histórias da Índia e da China como meios de conhecimento e respeito à diversidade cultural. Nesse sentido, os arranjos são os mais criativos. Fundamentados, inclusive, em determinados posicionamentos da pesquisa acadêmica, a África é apresentada como um "berço da humanidade", ponto de partida para a Pré-História. Segue-se mesmo uma Idade Antiga para este continente (BRASIL, 2017, p. 19).

É uma avaliação superficial e, possivelmente, fundamentada nas mesmas bases epistêmicas eurocentradas que são questionadas na própria avaliação do Guia. Apesar de anunciarem a necessidade de mudanças no ensino de História, os comentários críticos elaborados sobre as três coleções aqui observadas parecem ser, no que diz respeito ao ensino de História da África, consensuais e positivos. Todos os avaliadores apontaram a presença de conteúdos atualizados e adequados sobre a história africana. O mais sintomático é que, para nenhum deles, os livros foram classificados como eurocêntricos. A avaliação parece contemplar a simples inclusão de conteúdos sobre a história das sociedades africanas e não uma crítica sistemática das informações históricas apresentadas.²⁹ A assimetria nas abordagens entre a história europeia e outras histórias e a presença hegemônica da epistemologia e da historiografia ocidentais nesses livros não são apontadas como questões que merecessem reflexões ou críticas mais contundentes nos pareceres.

Sobre a coleção escrita por Gilberto Cotrim, *História Global. Brasil e Geral*, os avaliadores realizam a seguinte descrição.

A coleção, composta por três volumes destinados ao Ensino Médio, orienta-se pela perspectiva cronológica e integrada de conteúdos relacionados à História da Europa, da África, da Ásia, da América e do Brasil, com ênfase em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. [...] No Livro do Estudante, desenvolvem-se abordagens sobre a História e cultura da África, dos afro-brasileiros e dos povos indígenas. O prescrito é cumprido mediante tópicos e capítulo devotado aos temas, em todos os volumes. Apresenta história, cultura e contribuições do negro; diversidade no cotidiano, combate ao etnocentrismo; resistência negra; e sujeitos negros positivados ao longo da coleção (BRASIL, 2017, p. 34-37).

²⁹ Não se pode ignorar o fato de que a ausência de conteúdos sobre a História da África e dos negros no Brasil é um dos critérios eliminatórios das obras no edital do PNLD. O Guia de Livros Didáticos informa que, se um manual não "desenvolve abordagens qualificadas sobre a História e Cultura da África, dos afrodescendentes, dos povos afro-brasileiros e indígenas", ele poderá ser eliminado (BRASIL, 2017, p. 14). Sendo assim, as editoras passaram a incluir obrigatoriamente, em suas coleções, abordagens sobre esses assuntos.

Acerca do manual de Alfredo Boulos Júnior, *História. Sociedade & Cidadania*, os pareceristas informam que o “tratamento concedido à História da África demonstra o protagonismo dos povos africanos e afro-brasileiros em diversos momentos da história”. Além disso, as sociedades africanas seriam “representadas como uma tradição antiga e diversificada que, em contato com outras, receberam influências e influenciaram diferentes sociedades” (BRASIL, 2017, p. 69).

E, por fim, sobre o livro *História. Das cavernas ao terceiro milênio*, de Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick, os comentadores se posicionam assim.

Na coleção, atende-se de modo adequado aquilo que se refere à História e à cultura da África, dos afro-brasileiros e dos povos indígenas, porque se reconhece a legitimidade e a necessidade da luta de indígenas e negros por direitos. Evidencia-se a importância dos povos indígenas e africanos para a formação do Brasil, oferecendo interpretações da História e da cultura africanas distintas daquelas produzidas pelos seus colonizadores. [...] Na obra, fornece-se um amplo panorama desses povos no tempo e de sua influência cultural, tanto no Brasil quanto na América, e se discute a intolerância religiosa na atualidade, especialmente quanto às tradições de matriz africana, enfatizando o aspecto da resistência à opressão e identificando as suas diferentes formas (BRASIL, 2017, p. 91-92).

Desses pareceres, portanto, surge uma avaliação positiva sobre as coleções. Não posso negar a dificuldade de avaliar obras tão extensas e com uma grande quantidade de critérios avaliativos e de informações apresentadas. Assim como parece ser sensível o fato de os avaliadores terem que se posicionar sobre uma enorme diversidade de temas e referenciais teóricos e historiográficos, que envolvem os estudos sobre a Europa, a América, o Brasil e a África, por exemplo. Mesmo assim, pontuo algumas limitações sobre o tema específico aqui refletido.

Ao associar sempre a análise da História da África com a história dos negros no Brasil e das sociedades indígenas, os avaliadores externalizam a perspectiva de que essas são “outras histórias”, ou seja, que são histórias complementares, secundárias. A sua inclusão em uma estrutura eurocentrada da História seria, no entanto, insuficiente para conceder diversidade e equilíbrio entre as narrativas apresentadas. Incluir temas e conteúdos, muitas vezes, apenas reforça a perspectiva hegemônica de uma história sobre as outras.

Por exemplo, ao analisar o lugar das temáticas feministas ou das abordagens sobre as mulheres no ensino de História, a historiadora Susane Oliveira (2014) realiza uma crítica reveladora sobre o seu não-lugar ou sobre as invisibilidades camufladas sobre o assunto. Oliveira (2014, p. 282) defende que a inclusão isolada ou complementar de certos aspectos da História das Mulheres pode ter simplesmente

[...] a função de cumprir com as demandas dos movimentos feministas expressas nas políticas educacionais traçadas nos PCNs, no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Deste modo, tal inclusão parece se tratar de “histórias para as mulheres” e não de “histórias na perspectiva das mulheres”. Como bem ressaltou Antonia Fernández Valencia em suas análises dos livros didáticos de história utilizados nas escolas da Espanha, essa inclusão do protagonismo feminino, de forma isolada, pode continuar perpetuando a discriminação das mulheres, se fica apenas como complemento, como um apêndice de uma história geral, de uma “história importante” que se desenvolve habitualmente ao longo do livro, onde a rara consideração coletiva e individual das mulheres não lhes reconhece uma posição significativa na história.

Acredito que podemos tomar emprestada uma parte dessa conclusão em relação aos estudos africanos. Vejamos, portanto, como os autores dos três manuais didáticos selecionados para análise situam as questões que levantamos no início do ensaio sobre a abordagem do ensino da História do Egito antigo. Apenas para lembrar ao(à) leitor(a), as perguntas enunciadas levantavam três problemas centrais. (1) Se o Egito foi apresentado literalmente como uma civilização africana ou se apenas foi situado (ou sitiado) geograficamente no continente. (2) Se os autores abordaram as teses afrocêntricas em contraposição às teses eurocêntricas sobre a história do Egito. Ainda articulado a esse tópico, observei se o debate acerca da cor dos egípcios antigos foi mencionado, mesmo como sendo um debate historiográfico, enfim, uma possibilidade ou postulado defendido por historiadores africanos. (3) Se, nas referências bibliográficas informadas, autores africanos foram citados ou se houve uma predileção pelas historiografias europeia, brasileira e não-africana, para fundamentar as abordagens sobre o tema.

Seria o Egito antigo, africano?

Acerca do primeiro aspecto observado – as inscrições ou citações explícitas do Egito antigo, geográfica e civilizatoriamente, no continente africano – observei uma tendência positiva nos manuais, pelo menos em relação ao primeiro tópico. Os três livros abordaram o Egito antigo em um capítulo exclusivo, sempre em companhia da Núbia ou de Kush. Os autores e editoras optaram em conjunto por essa perspectiva que é, em minha opinião, acertada. Os títulos dos capítulos variaram um pouco, mas a ideia parece ser a mesma. No livro de Boulos Júnior (2016, p. 63), o texto é intitulado *África Antiga: Egito e Núbia*. No manual de Cotrim (2016, p. 66), o assunto aparece no capítulo 5, *África: egípcios e cuxitas*. Já no de Braick e Mota (2016, p. 56), o título é *A África na Antiguidade: Egito e Núbia*. Dessa forma, pelo menos no enunciado do título dos capítulos, o Egito é inscrito no continente africano. A recusa em associar essa civilização ao Crescente

Fértil³⁰ e à Mesopotâmia (ação recorrente nos livros escolares até algum tempo atrás),³¹ articulando sua abordagem à de outra relevante civilização africana, Núbia ou Kush, é de fato um aspecto muito positivo.

Assim, devido à própria forma de organização dos conteúdos no decorrer dos capítulos, os três livros didáticos inscrevem o Egito geograficamente no continente africano. Apesar disso, identifiquei alguns problemas nas abordagens. Nenhum dos autores apresentou mapas sobre o Egito antigo que possuam uma representação cartográfica que considere todo o continente africano. As imagens utilizadas se referem apenas ao nordeste da África – da região que se estende do Mediterrâneo oriental ao Mar Vermelho e, é claro, ao vale do Nilo –, o que não permite ao estudante inscrevê-lo visualmente no continente.³²

Outro aspecto observado foi o fato de que, apenas no manual de Cotrim, mencionou-se na narrativa textual (ou na exposição didática de conteúdos) o fato de o Egito estar localizado na África.³³ Cotrim (2016, p. 67) afirma que “a sociedade do Egito Antigo desenvolveu-se no norte da África, às margens de um dos maiores rios do planeta, o Nilo”. Já Boulos Júnior (2016, p. 64) alerta aos leitores, justamente na legenda daquele modelo de mapa fraturado (que não representa a África), que o “Egito quase nunca é associado à África”. No entanto, sua referência positiva acaba invisibilizada pela ausência de citações diretas sobre a classificação do Egito como uma “civilização africana” no texto explicativo apresentado pelo manual. Este foi um silêncio reproduzido em todos os livros analisados.

Ou seja, se o Egito está geograficamente situado na África, isso parece ter ocorrido por um acaso espacial, um acidente associado ao curso do Nilo e à escolha dos títulos dos capítulos. Estar localizado espacialmente no nordeste africano não é uma novidade nas abordagens dos livros didáticos. O fato positivo apontado está, como já afirmei, em dissociá-lo do Crescente Fértil. Mas, a ausência de citações explícitas sobre o fato de o Egito ser uma civilização africana, a não ser a referência de sua posição geográfica no título dos capítulos, é preocupante. Mesmo quando os autores revelaram conhecer a tendência da historiografia escolar em negar a africanidade do Egito, não identifiquei referências

³⁰ Seria uma perspectiva eurocêntrica marcada pela ideia de tornar sua história tributária à do Mediterrâneo ou à do Oriente Próximo. Assim, a informação que prevaleceria seria a da apresentação do Egito como parte integrante dessa área maior, e não da África.

³¹ Ver Oliva (2007; 2008).

³² O incômodo é reforçado no manual de Cotrim (2016, p. 74), quando o autor utiliza um mapa com representação de toda a África para apresentar a localização da Núbia aos leitores.

³³ Que deve ser diferenciada do uso dos mapas, imagens, textos de referência citados, *box* explicativos e infográficos, pois é responsável pela explicação narrativa histórica estruturante apresentada nos capítulos dos manuais escolares.

explícitas ao Egito como uma civilização africana. As narrativas históricas apresentadas pelos três manuais são marcadas por um silêncio profundo sobre esse assunto.

Por exemplo, no “Suplemento para o professor” do livro *História. Das cavernas ao Terceiro Milênio 1*, as autoras alertam aos docentes para o fato de que “durante muito tempo, a África foi deixada de lado pela historiografia, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, quando muitos defendiam que os africanos não eram civilizados e que, por isso, não tinham história” (BRAICK; MOTA, 2016, p. 273). No entanto, no manual destinado aos estudantes, fora o título, não há relação alguma (citação, narrativas, informações extras) que situe o Egito na África.

O silêncio revelou-se ainda mais impressionante depois que consultei o “Manual do Professor” do livro *História Global. Brasil e Geral 1*. Neste texto, que serve como apoio e orientação para o trabalho de professores e professoras em sala de aula, o autor alerta que os antigos egípcios “tinham grandes semelhanças com o restante do continente africano” e que uma historiografia “centrada na visão europeia, onde os elementos negro e indígena aparecem como os ‘diferentes’, naturaliza a ideia de que o normal é ser ‘branco’” (COTRIM, 2016, p. 314). Além disso, no mesmo trecho do “Manual do professor”, Cotrim (2016, p. 314) cita diretamente o trabalho de Cheikh Anta Diop informando que, em “1960, ele defendeu uma tese na qual afirmava que os antigos egípcios eram africanos negros” e que “ainda hoje gera controvérsias”. Controvérsias essas ignoradas no livro destinado aos estudantes. Ou seja, o autor tem conhecimento do trabalho de Diop, reconhece sua relevância e sugere que professores usem sua tese para refletir junto com a turma sobre “a diversidade racial no Egito Antigo” e “as relações entre racismo, saber histórico e ciência” (COTRIM, 2016, p. 315-316). No entanto, ele próprio, simplesmente, estabeleceu um silêncio absoluto sobre esses temas no capítulo dedicado ao antigo Egito no livro destinado aos estudantes.

Por fim, ainda sobre a classificação do Egito como uma civilização africana, tenho um último comentário a realizar. No livro *História. Sociedade & Cidadania 1*, também não identifiquei nenhuma citação explícita sobre o assunto ao longo do texto escrito sobre o Egito, a não ser, é claro, no título do capítulo. No entanto, no tópico referente à Núbia, Boulos Júnior (2016, p. 72; 75), assume de forma assertiva a identidade africana dessa sociedade. Logo na introdução, ele comenta que na “África, ao sul do Egito, floresceu uma outra civilização interessante, a civilização Núbia”. Logo a seguir, ao descrever a importância de uma das capitais do reino de Kush, o autor defende que “Meroe é considerada um dos berços da civilização na África”. São comentários simples, mas que revelam uma posição teórica e epistêmica que reconhece a importância da Núbia como

uma civilização africana. Reconhecimento que não ocorre no caso do Egito, pelo menos de forma explícita.

Devo destacar aqui que o manual escrito por este autor concede às temáticas relacionadas à História da África, do negro no Brasil e das culturas negras diaspóricas, ao longo de seus três volumes, um positivo destaque. Se comparada com a média das outras coleções sua ênfase sobre o tema é bem marcante. Enfatiza-se também o fato de o autor ter defendido uma tese de doutoramento, na PUC de São Paulo, intitulada *Imagens de África, dos africanos e seus descendentes em coleções de livros didáticos aprovados no PNLD de 2004* (BOULOS JÚNIOR, 2008). No entanto, os silêncios observados nos outros manuais voltaram a se manifestar em seu livro didático.

Disputas de narrativas e a cor dos antigos egípcios. Revelações dos silêncios ou lugares epistêmicos

A falta de notícias históricas sobre a africanidade do Egito, percebida em alguns dos textos, pode sinalizar o desconhecimento por parte dos autores sobre as teorias afrocêntricas. Pode revelar ainda a discordância teórica em relação às pesquisas que defendem a ideia de que a civilização não foi um empréstimo externo importado pela África e de que o Egito seria africano. Tentarei identificar qual das opções acima pode ser associada aos manuais analisados. Outro aspecto observado foi se os autores discutiram as teses afrocêntricas sobre a cor da pele ou a inscrição dos antigos egípcios em uma identidade negro-africana, mesmo que a partir de uma apresentação aos leitores de que essa seria uma perspectiva defendida por um grupo de pesquisadores, entre outras leituras possíveis.

Em nenhum trecho dos três livros analisados a questão da cor da pele ou do pertencimento racial dos egípcios antigos foi discutida nos textos destinados aos estudantes. Ou melhor, em momento algum identifiquei referências à possibilidade dos antigos egípcios serem negros. Tal silêncio sobre o assunto é revelador da posição epistêmica desses autores, pelo menos parcialmente.

No manual *História. Sociedade & Cidadania 1*, de Alfredo Boulos Júnior, o capítulo que trabalha exclusivamente com o Egito Antigo e a Núbia não apresenta nenhuma narrativa ou informação específicas sobre a temática: o debate sobre o pertencimento do Egito no rol das civilizações negro-africanas. Lembremos que na introdução do capítulo o autor realizou um comentário na legenda de um mapa informando que, “embora esteja situado no nordeste do continente africano, o Egito quase nunca é associado à África” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 64).

O interessante é que, ao consultar uma versão anterior deste livro, publicada em 2011, observamos que o autor separou em dois capítulos às sociedades abordadas em conjunto no livro de 2016. No capítulo 4, *O Egito Antigo*, e no capítulo 5, *África Antiga: a civilização cuxita* (BOULOS JÚNIOR, 2011, p. 60 e 76). No “manual do professor” de uma outra edição, destinada ao ensino fundamental e publicada em 2012, Boulos Júnior explica aos professores o motivo pelo qual seria preciso enfatizar a localização do Egito na África, utilizando um argumento muito parecido ao apresentado na legenda da já citada imagem, mas com a inclusão muito particular de uma palavra. O autor escreveu: “professor, o objetivo aqui foi começar pela localização do Egito, já que, por diversos motivos, ele quase nunca é associado à África, embora esteja situado no nordeste do continente *negro*” (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 121, grifo nosso). Comparando as duas frases, muito similares, a ideia do continente “negro”, apresentada na edição de 2012 para os professores, é trocada na última edição, destinada aos estudantes, por continente “africano”. Apesar da argumentação não apresentar nenhuma incorreção, a exclusão da ideia do Egito estar localizado no “continente negro” não parece ser acidental.

No caso de Boulos Júnior, de forma explícita, seja por suas publicações anteriores ou sua formação acadêmica na área de estudos africanos, posso supor que não haja desconhecimento sobre as teorias afrocêntricas, mas sim uma escolha em não os utilizar. Volto a frisar que isso, por si só, não constituiria problema algum, se não fosse diagnosticado há bastante tempo uma hegemônica perspectiva eurocêntrica no ensino de História. Posso ir além, em relação à análise do livro escrito por Boulos.

Nos tópicos destinados ao Egito Antigo e à Núbia, incluídos no capítulo 4, o autor refere-se aos núbios como “povos negros”. Da mesma forma, quando cita a 25ª dinastia egípcia (formada pelos cuxitas), Boulos Júnior (2016, p. 66; 72) a apresenta como a “dinastia dos faraós negros”. Neste caso, não existiria, por parte do autor, interdições em classificar os povos da África antiga pela cor da pele, mas sim a negação em relação à negritude dos egípcios ou a recusa de inscrevê-los na história como negros. A ausência de qualquer referência a essa possibilidade parece marcar sua posição.

Por volta de 2040 a.C., os governantes da cidade de Tebas tomaram o poder e reunificaram o Egito, dando início ao Médio Império [...]. Os faraós desse período incentivaram a atividade cultural e econômica, intensificando seu comércio com a Núbia, região situada ao sul, rica em minerais e habitada por povos negros (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 66).

No livro de Braick e Mota (2016, p. 56-69), as teses afrocêntricas também não são consideradas ou mencionadas. Além disso, a questão da origem ou da cor da pele dos antigos egípcios e núbios é ignorada. Quando as autoras se referem, por exemplo, à

conquista do Egito por Kush, elas classificam a dinastia criada pelo domínio núbio como “etiópica” ou “cuxita”, sem qualquer referência aos chamados “faraós negros”. Parece ser, portanto, uma assertiva posição historiográfica e epistêmica, marcada pela recusa ou negação do debate sobre a classificação do Egito como uma civilização negro-africana e da discussão acerca das inscrições identitárias raciais na Antiguidade.

Por fim, no livro *História Global. Brasil e Geral 1*, o autor também opta pelo silêncio epistêmico ou pela não adesão às teses afrocêntricas. Cotrim (2016, p. 74) não se recusa a identificar as populações da África antiga pela cor da pele. Por exemplo, ao citar o controle do “Reino de Cuxe” sobre os egípcios, ele afirma que “os cuxitas, por meio de seus faraós negros dominaram o Egito. Eles representaram a 25ª dinastia no Egito Antigo. Entre os faraós negros, podemos destacar Cáchita, Pianki, Xabaca e Taharqa”.

Mais uma vez, sinto-me seguro ao afirmar que, se os cuxitas eram negros – e isso é citado explicitamente pelo autor –, os egípcios seriam não-negros ou, então, brancos. O silêncio de Cotrim (2016) em relação à classificação étnico-racial dos egípcios também não parece ser acidental. E, como vimos no tópico anterior, o autor é um inquestionável conhecedor da obra de Diop, ao ponto de citá-la mais de uma vez no “Manual do professor”. Neste caso, torna-se evidente que, ao propor um silêncio absoluto sobre o assunto na narrativa histórica apresentada aos estudantes no livro didático, Cotrim (2016) assume uma posição teórica e epistêmica de recusa das teses afrocêntricas.

Um último comentário sobre este assunto. Nos três livros analisados observei que os autores abordaram superficialmente a questão do povoamento do Egito antigo, evitando classificar ou mencionar as origens das populações que ocuparam o vale do Nilo. Cotrim (2016, p. 67) informou que “segundo diversas pesquisas arqueológicas, essa região teria sido habitada por homínídeos desde o Paleolítico”. Para Braick e Mota (2016, p. 57), “existem evidências de que os vales férteis do Nilo foram ocupados por populações fixas desde 7000 a.C., aproximadamente”. Já Boulos Júnior (2016, p. 64) noticia que, “por volta de 5000 a.C., os habitantes das margens do Nilo aprenderam a canalizar e direcionar as águas desse rio e deram início à prática da agricultura e do pastoreio em volta de suas aldeias”.

Ou seja, todos os textos informaram que grupos humanos ocuparam a região há pelo menos 7000 mil anos, mas não citam suas origens. De onde vieram? Talvez não o façam, pelo fato de considerarem certo que os primeiros egípcios fossem africanos, ou seja, de grupos originados em África. Mas os autores optam, mais uma vez, pelo silêncio e não informam o local de origem dessas populações. Vimos, na primeira parte do ensaio, a polêmica sobre o tema que envolvia três teses – a do povoamento caucasóide ou negro-africano e a terceira via, que defendia a existência de um fundo populacional “mestiço”

ou híbrido. Se os autores quisessem evitar uma filiação aos referenciais eurocêntricos ou afrocêntricos (e eles não podem ser pensados como uma simples inversão de interpretação) poderiam recorrer aos especialistas africanos que defendem, com alguma recorrência, a tese de um fundo populacional híbrido ou plural. Por exemplo, o historiador egípcio A. Abu Bakr (2010, p. 37-38), afirmou que

[...] é provável que o primeiro povoamento efetivo do vale do Nilo tenha ocorrido no início do neolítico (por volta de -7000). [...] O estabelecimento das primeiras populações não se deu sem dificuldade, e deve ter havido uma disputa acirrada entre os diferentes grupos humanos pela posse das terras situadas ao longo do Nilo [...]. Esses povos vindos do leste, do oeste e do sul pertenciam, sem dúvida, a diversos grupos somáticos (BAKR, 2010, p. 37-38)

Entre historiografias e historiadores. Imagens de África em um espelho europeu?

O último tópico eleito para reflexão no presente ensaio refere-se à interlocução dos autores dos manuais com suas referências historiográficas sobre os estudos africanos. Quais são os autores citados ao longo dos textos nos capítulos sobre o Egito antigo, seja como informação de apoio ou como referência direta? Nas bibliografias, existem autores africanos? Enfim, quem “fala” sobre a África para esses elaboradores de manuais escolares? Historiadores europeus, brasileiros, africanos?

Em um olhar panorâmico sobre os três livros, identifiquei entre as obras citadas nas bibliografias uma concentração de autores europeus e brasileiros, especialistas na História da África e que poderíamos chamar de africanistas. Além desses, há também referências a trabalhos de alguns especialistas em História Antiga, mesmo que não possam ser classificados como africanistas. Por fim, observamos a citação de um número muito pequeno de autores africanos.

No manual, *História. Das cavernas ao Terceiro Milênio 1*, aparecem na bibliografia, como obras que abordam o continente africano, os seguintes autores: Marina de Mello e Souza, Alberto da Costa e Silva, Elisa Larkin Nascimento, Leila Hernandez, Raquel dos Santos Funari, Marta Heloisa Leuba Salum, Basil Davidson, Roland Oliver, Jacqueline Morley, Joseph Ki-Zerbo e Gamal Mokthar (BRAICK; MOTA, 2016, p. 341-344). No livro de Boulos Júnior (2016, p. 287-288) são listadas na bibliografia e nas sugestões de leitura complementar as obras de: Margaret Bakos, Christian Jacq, Eduardo D’Amorim, Mário Curtis Giordani, Paul Johnson, Yeda Pessoa de Castro, Nei Lopes, Paulo Fernando de Moraes, Anderson Ribeiro Oliva, Alberto da Costa e Silva, Marina de Mello e Souza e Adam Hochschild. Na bibliografia do livro de Gilberto Cotrim (2016, p. 368), *História Global 1*, não são referenciados títulos sobre a História das Sociedades Africanas.

Dos vinte e um autores(as) citados(as), apenas dois são africanos. Mesmo encontrando nas listagens pesquisadores(as) de referência na área, como Roland Oliver, Basil Davidson, Alberto da Costa e Silva, Marina de Mello e Souza, Paulo Fernando de Moraes, Leila Hernandez e Elisa Nascimento, entre outros, a pequena quantidade de historiadores(as) africanos(as) citados(as) sinaliza para um afastamento direto em relação à produção historiográfica africana.

Nas citações localizadas ao longo das narrativas históricas dos capítulos dedicados ao Egito antigo, o quadro não é muito diferente. No manual de Braick e Mota (2016, p. 56; 59; 60), as autoras citam os nomes dos egiptólogos franceses J. Yoyotte e Pierre Tallet e do egípcio Gamal Mokhtar, organizador do segundo volume da *História Geral da África*, a famosa coleção organizada pela Unesco. Cotrim (2016, p. 67; 69; 72) menciona Jaime Pinsky, Elisa Larkin Nascimento e Christian Jacq. Por fim, Boulos Júnior (2016, p. 63; 64; 66; 73; 77) referencia diretamente a Gamal Mokhtar, Margaret Bakos, Lionel Casson, Christian Jacq e Alberto da Costa e Silva. Apenas no tópico do capítulo referente à Núbia, ele cita Cheikh Anta Diop e Joseph Ki-Zerbo.

Dos(as) nove autores(as) citados(as), apenas um é africano. Mais uma vez, apesar das importantes e conceituadas referências citadas, a escolha ou a recusa de citar um número maior de autores africanos revela uma posição epistemológica e historiográfica dos autores dos manuais. E, de fato, elas não são afrocêntricas e nem africanas. Há uma contundente preferência por autores europeus e brasileiros para referenciar o passado africano.

Os sociólogos Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2009, p. 229) nos dão uma importante pista para tentarmos entender os motivos que levaram ao silenciamento dos autores africanos ou das epistemologias africanas nessas obras. Em um instigante artigo, eles defendem que, entre os ingredientes que explicariam a sub-representação alarmante de intelectuais negros nas universidades brasileiras, deve ser considerada a existência do racismo (estruturante e epistêmico) no espaço universitário. Figueiredo e Grosfoguel (2009) afirmam que a localização epistêmica eurocêntrica, ou a geopolítica do conhecimento eurocentrada, ainda é vigorosa nos meios acadêmicos ocidentais e brasileiros. Essa constatação explicaria o fato de “que, consciente ou inconscientemente, raramente os autores negros estão nas bibliografias dos cursos ministrados nas universidades”, o que poderíamos denominar, em alguns casos, de racismo epistêmico ou, em outros, de silêncios epistêmicos. Acredito que algo parecido ocorreu nas coleções de didáticos analisados. Os silêncios epistêmicos sobre os estudos africanos e afrocêntricos são estruturantes nas narrativas analisadas.

A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica da egopolítica

do conhecimento. Essa epistemologia contribui para encobrir as *hierarquias* de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários. A epistemologia branca da egopolítica do conhecimento, ao ser normalizada como a epistemologia do senso comum nos espaços universitários, está inscrita como neutra, universalista e objetiva. A perspectiva particular do homem branco se ergue como a norma universal de produção de conhecimentos, por meio da qual se medem e avaliam todas as outras formas de produzir conhecimentos. O homem branco pensa desde uma geopolítica e corpo-política do conhecimento particular, como homem, branco e privilegiado; porém, em nome de um suposto universalismo, encobre sua localização, recorrendo ao mito que lhe permite pensar fora do corpo e fora do tempo e do espaço. Por isso mesmo, qualquer demanda de acadêmicos negros que reivindique sua própria geopolítica e corpo-política do conhecimento é imediatamente rechaçada pela grande maioria dos universitários brancos como uma perspectiva particular e parcial, quando não a denominam de essencialista (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2009, p. 226).

Reflexos de Cleópatra. Reflexões finais

Ao folhear as páginas de um dos manuais analisados no presente ensaio, deparei-me com uma inquietante representação de Cleópatra. Uma breve reflexão sobre essa imagem nos permitirá uma última aproximação com a temática aqui discutida.

No livro *História. Sociedade & Cidadania 1*, de Alfredo Boulos Júnior (2016), a questão da identidade racial dos egípcios foi abordada de forma tangencial e silenciosa a partir de um comentário crítico na legenda de uma imagem apresentada para ilustrar o Segundo Triunvirato, na Roma Antiga. Boulos Júnior inseriu, neste tópico, uma fotografia da atriz Elizabeth Taylor, em seu conhecido papel de representação da rainha egípcia no filme de 1963, com o qual iniciamos este ensaio. No texto da legenda o autor fez o seguinte comentário.

Cena do filme *Cleópatra* em que se vê a atriz Elizabeth Taylor no papel da famosa rainha do Egito. Os olhos claros, os cabelos lisos e o nariz afilado da atriz construíram uma imagem absolutamente idealizada da rainha egípcia Cleópatra. O filme espelha, assim, muito mais o tempo em que ele foi realizado (década de 1960) do que a época que pretendeu retratar (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 151).

Reparem que o autor evita fazer comentários sobre a cor da pele da rainha egípcia. Menciona os olhos, cabelos e nariz, mas não a pele. Mesmo assim, seguindo suas indagações poderíamos perguntar: então, como seriam os antigos egípcios? qual seria a cor deles e a de Cleópatra? O autor não responde. Nem no capítulo sobre o Egito antigo, nem na legenda da fotografia de Cleópatra. Além disso, como já vimos, as disputas pelas representações sobre Cleópatra são mais complexas do que a imagem produzida por Elizabeth Taylor ou associada ao seu padrão de beleza eurocentrado. A teórica Ella Shohat (2004), que produziu uma das mais esclarecedoras reflexões sobre

as identidades de Cleópatra, inscreveu-a num conjunto de disputas discursivas, raciais, nacionais e de gênero que, muitas vezes, simplesmente manipulavam o próprio contexto vivido pela rainha egípcia. Para Shohat (2004, p. 28), a “repugnância à ideia da possível africanidade de Cleópatra está enraizada num discurso eurocêntrico que degradou sistematicamente a África como deficiente segundo os próprios critérios arbitrários da Europa [...] e de suas hierarquias”.

Uma das soluções para o debate travado ao longo desse ensaio se evidencia das próprias possibilidades explicativas enunciadas por Shohat (2004) para compreender a sociedade egípcia no período de Cleópatra, marcada por um evidente hibridismo ou pluralidade racial/étnica. Uma possível “ascendência egípcia e/ou negra de Cleópatra”, relacionada às suas origens macedônias ou egípcias, encontraria apoio na “evidência literária e arqueológica da presença de negros da África Central em várias sociedades do mundo greco-romano” (SHOHAT, 2004, p. 20). Mas, lembro que a própria Shohat (2004, p. 44-45) não demonstra muita simpatia sobre a tese de um Egito Antigo negro.

Reivindicar uma raça e uma nação específicas para Cleópatra é sempre um ato relacional que se opõe a reivindicações alternativas. A articulação de identidade nacional se apóia pesadamente numa linguagem simbólica de origem e filiação, mas sua escrita do passado muitas vezes se confrontou com outras escritas. A própria maneira como a questão da identidade de Cleópatra é posta revela a profundidade de um pensamento estrutural binário: era negra ou branca, africana ou européia, grega ou egípcia, macedônia ou grega? As emoções expressas a favor de qualquer uma única identidade de Cleópatra demarcam uma particular fronteira territorial e/ou cultural. Representações contemporâneas de Cleópatra, em minha opinião, são assombradas por essas dicotomias, que podem ser entendidas como ao mesmo tempo impondo práticas hegemônicas excludentes e resistindo a elas.

Mesmo assim, o posicionamento de Shohat (2004) é indiciário para pensarmos sobre o ensino de História da África e do Egito antigo, principalmente quando consideramos o argumento apresentado acima. O que tenciona uma abordagem afrocêntrica sobre o Egito antigo é, justamente, um contexto de recrudescimento das expressões de racismo e percepções negativas sobre a África que continuamos a viver. Reconhecer a africanidade dessa civilização é também reconhecer e respeitar as próprias interpretações africanas sobre o assunto. É, por fim, uma postura de reconhecimento epistêmico e histórico sobre essa civilização e sobre a África para o devir da humanidade.

Volto ao tema. Não seria preciso uma adesão inequívoca por parte dos autores dos manuais escolares aos postulados afrocêntricos ou pan-africanos. Mas reconhecer sua existência, retirá-los da invisibilidade epistêmica, noticiar suas trilhas aos estudantes é um ponto de partida que não deve ser negligenciado. Ato contínuo seria o reforço da perspectiva de que o Egito Antigo foi uma civilização africana. Por fim, apresentar a tese

sobre a negritude dos egípcios antigos é também um exercício necessário e inegociável. Vejam, falo em apresentar, revelar ou informar o tema. Noticiar que existe uma discussão historiográfica sobre o assunto e tomar uma posição ou solicitar que os estudantes se posicionem sobre ela, ou que pelos menos a conheçam.

Como demonstrei ao longo do ensaio, nenhum dos autores dos livros didáticos aqui analisados explicitou, em suas narrativas, a classificação do Egito como uma civilização africana ou negro-africana. Podemos classificar seus olhares sobre o assunto como tangenciais e silenciosos. Não discutiram as teses de que o Egito Antigo teria sido uma civilização africana. Não noticiaram que um conjunto significativo de autores africanos e afrocêntricos defendem a possibilidade de que seu eixo populacional teria tido um fundo negro-africano. E, por fim, negligenciaram as referências de historiadores africanos sobre suas próprias histórias. Essas posturas são, em minha opinião, atos de aliança com as teses eurocêntricas. Torna-se evidente qual é a localização epistemológica dos autores, que de certa forma repercute o lugar epistêmico dos estudos africanos em nossa academia e no próprio ensino de História.

Espero ter contribuindo com uma reflexão, que mesmo pontual e sintética, permita reforçar o sentido da educação como uma força renovadora e transformadora da sociedade. Neste caso, africanizar (enegrecer) o Egito antigo poderia ser um dos componentes do antídoto usado contra as ondas de choque racistas que continuam a negar a relevância da África para o passado, o presente e o futuro da humanidade.

Referências

Livros didáticos

BOULOS JÚNIOR, A. *História. sociedade e cidadania*. São Paulo: FTD, 2011.

_____. *História, sociedade e cidadania*. São Paulo: FTD, 2012. v. 6

_____. *História, sociedade e cidadania*. São Paulo: FTD, 2016. v. 1.

BRAICK, P.; MOTA, M. B. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 2016. v. 1.

COTRIM, G. *História global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

Obras de apoio

ANTA DIOP, Ch. A. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (Org.). *História Geral da África: a África antiga*. Brasília: Unesco, 2010, p. 1-36. v. 1.

- _____. *A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antigüidade Clássica*. Luanda: Mulemba, 2014.
- ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Afrocentricidade*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.
- BAKR, A. A. O Egito faraônico. In: MOKHTAR, G. (Org.). *História Geral da África: a África antiga*. Brasília: Unesco, 2010, p. 37-67. v. 1.
- BARBOSA, M. S. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. *África*, v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012.
- BORGES, J. A. *Ambígua África, memórias e representações da África Antiga no livro didático: Egito, reino e impérios africanos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2009.
- BOULOS JÚNIOR, A. *Imagens da África, dos africanos e de seus descendentes em coleções de didáticos de História aprovadas no PNLD de 2004*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- BRASIL. *PNLD 2018: História. Guia de livros didáticos, Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.
- CAIMI, F. E.; ROCHA, H. A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 68, p. 125-147, 2014.
- DIOP, B. M.; DIENG, D. *A consciência histórica africana*. Luanda: Mulemba, 2014.
- FANON, F. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIAS, P. F. de M. Afrocentrismo: entre uma contra-narrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Revista Afro-Ásia*, n. 29-30, p. 317-343, 2003.
- FIGUEIREDO, Â.; GROSFOGUEL, R. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009.
- GARRIDO, M. História que os livros didáticos contam depois do PNLD: História da África e dos afro-brasileiros por intermédio dos editais de convocação do PNLD (2007-2011). *História e Perspectivas*, n. 54, p. 239-268, 2016.
- GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 31-49, 2016.

- _____. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. *Formas-Otras*, n. 1, p. 97-108, 2011.
- LAM, A. M. Egipto antigo e África negra: alguns factores novos que esclarecem as suas relações. In: DIOP, B. M.; DIENG, D. (Org.). *A consciência histórica africana*. Luanda: Mulemba, 2014, p. 143-157.
- M'BACKÉ DIOP, Ch. Cheikh Anta Diop: o homem e a obra. In: DIOP, B. M.; DIENG, D. (Org.). *A consciência histórica africana*. Luanda: Mulemba, 2014, p. 87-110.
- M'BOKOLO, E. *África negra: história e civilizações. Até ao século XVIII*. Lisboa: Vulgata, 2003.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *El giro decolonial*. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, 2007.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014a.
- _____. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda: Mulemba, 2014b.
- MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Luanda: Mulemba, 2013.
- NASCIMENTO, E. L. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- OBENGA, Th. *O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista*. Luanda: Mulemba, 2013.
- OLIVA, A. R. A África como berço da humanidade. O debate sobre a "anterioridade" africana e seus reflexos nos livros didáticos brasileiros. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da (Org.). *Os reinos africanos na antiguidade e na idade média*. Vitória: GM, 2011, p. 7-23.
- _____. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 3, p. 421-461, 2003.
- _____. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da História da África no Mundo Atlântico (1990-2005)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- _____. Uma história esquecida. A abordagem da África Antiga nos manuais escolares de História: estudos de caso no Brasil e em Portugal (1990-2005). *Em Tempo de Histórias*, v. 12, p. 184-200, 2008.
- OLIVEIRA, S. R. de. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S. R. de; ZANELLO, V. (Org.). *Estudos feministas e de gênero*. Santa Catarina: Mulheres, 2014, p. 277-291.

- PAIVA, V. A. da S. *Egito como componente curricular de História: desafios e possibilidades no ensino de História da África*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.
- PAULINO DA SILVA, C. F. *A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 a 27 a.C.)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- REIS, R. B. Reivindicações pela origem: a apropriação do Egito Antigo pelo discurso pan-africano. *Cadernos CESPUC*, n. 20, p. 87-94, 2010.
- ROCHA DA SILVA, T. R. O sorriso da esfinge: reflexões sobre o ensino do Egito antigo no Brasil. In: LEMOS, R. S. (Org.). *O antigo Egito: novas contribuições brasileiras*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, p. 279-299.
- SALL, B. Estado das investigações acerca da Antiguidade africana. In: DIOP, B. M.; DIENG, D. (Org.). *A consciência histórica africana*. Luanda: Mulemba, 2014, p. 141-215.
- SHOHAT, E. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. *Cadernos Pagu*, n. 23, p. 11-54, 2004.
- SOUZA, R. S. A Cleópatra de Mankiewicz (1963): imperialismo, eurocentrismo e etnicidade na representação cinematográfica da Antiguidade. *Estudos de Egiptologia*, n. 2, p. 158-163, 2015.
- _____. Cleópatra e o cinema hollywoodiano na primeira metade do século XX. *Revista Mundo Antigo*, v. 3, n. 5, p. 99-119, 2014.